



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

---

## REFORMA AGRÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: AS CONTRADIÇÕES DO PRONERA EM ALAGOAS (1998 – 2008)

### **Raqueline da Silva Santos**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Universidade Federal de Sergipe  
Pesquisadora do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos  
E-mail: [raqueline.k@gmail.com](mailto:raqueline.k@gmail.com)

### **Eraldo da Silva Ramos Filho** DGE/NPGeo – UFS

Coordenador do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos  
Universidade Federal de Sergipe  
E-mail: [eramosfilho@pq.cnpq.br](mailto:eramosfilho@pq.cnpq.br)

Este estudo faz uma análise da execução da política pública do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) desenvolvido no estado de Alagoas no período de 1998 a 2008. Nesse sentido, procuramos discutir a realidade deste programa no contexto da luta pela terra no estado, propondo um debate sobre a reforma agrária em Alagoas e a proposta de educação do campo defendida pelo PRONERA.

Ressaltamos que os resultados sobre o desenvolvimento do PRONERA em Alagoas ainda são preliminares, porém partimos do pressuposto que o programa não foi trabalhado a partir da proposta de educação do campo, pois os cursos realizados através do financiamento do PRONERA distanciam-se dos seus princípios pedagógicos.

Em Alagoas o PRONERA foi desenvolvido em quatro cursos de formação – para acampados, assentados e educadores do campo – Telecurso 2000 realizado em parceria entre a Universidade Federal de Alagoas e a Secretaria Estadual de Educação, o Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO), Programa de Capacitação e Educação de Jovens e Adultos nas áreas de Reforma Agrária (PROJERAL) sendo este realizado em quatro etapas e o Curso Técnico de Agropecuária realizado na Escola Agrotécnica Federal de Satuba, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF- Satuba).

Para a elaboração deste estudo tomamos como procedimentos leituras de textos relacionados a reforma agrária, a educação do campo, a história do PRONERA, relatórios parciais e finais sobre a execução do programa no estado de Alagoas. Outro ponto importante para estruturarmos esse estudo foi a participação da autora na II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (II PNERA), possibilitando desta forma, ampliar o conhecimento sobre o desenvolvimento do PRONERA em Alagoas. Esses pressupostos foram essenciais para estruturarmos esta problemática.

A reforma agrária é concebida pelos movimentos socioterritoriais como um modelo de desenvolvimento para o campo pautado em outra concepção de sociedade que visa a democratização de acesso a terra, a saúde, a educação e a cultura. É desta forma que os movimentos empreendem suas lutas na conquista de direitos sociais que lhes foram negados e retirados em sua história.

Em contraposição a essa luta existe a centralização do capital monopolista, que no campo, se configura entre a agricultura e o mercado, ou seja, no agronegócio, que se expressa na constituição de corporações nacionais e transnacionais que ampliam o modelo agroexportador em um amplo conjunto de sistemas. Esse conjunto reúne de formas diferenciadas os sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico (FERNANDES, 2008).

Contudo, a luta pela reforma agrária se atrela a mudança conjuntural das relações no campo fazendo com que os movimentos socioterritoriais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), passe a lutar contra o território do agronegócio e o apoderamento deste ao território camponês.

Em Alagoas o agronegócio tem se expressado a partir da cultura da cana-de-açúcar que se territorializa no campo alagoano e está intrinsecamente vinculada à hegemonia dos grandes proprietários de terras, que direta ou indiretamente, são agentes concentradores do capital e do poder do Estado, seja no campo e/ou na cidade.

O estado de Alagoas se divide em três mesorregiões: Sertão Alagoano, Agreste Alagoano e Leste Alagoano. A concentração da cana-de-açúcar está na mesorregião do Leste que agrupa cerca de 65% da população, tendo sua área constituída por grandes propriedades com área acima de 100 ha. A produção dessa *commodity* ocupa 90% das terras agricultáveis e mais férteis do estado.

A predominância deste setor revela a expropriação do camponês de seu território. Os vários movimentos socioterritoriais que atuam no estado – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fundação dos Trabalhadores e

Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Alagoas (FETAG/AL), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) – tem contribuído para a conquista de assentamentos rurais que representa a materialização da luta pela terra no estado.

Desta forma, compreendemos que os assentamentos são um meio de combate a pobreza e a exclusão social vivenciada pelos camponeses sem terra. A conquista do assentamento não é o fim da luta, pelo contrário, é o início de outras conquistas para que o camponês permaneça na terra e se reproduza enquanto classe.

É nesse contexto da conquista dos assentamentos e de seu reconhecimento pelo Estado que surge a demanda de outras lutas para que esse território seja construído por ações que contribuam para a inserção dos camponeses na sociedade, proporcionando-lhes, saúde, educação, infraestrutura local e políticas de assistência e financiamento. Nesse contexto de lutas, destacamos a luta pela educação dos movimentos socioterritoriais.

A educação do campo se ergue sob outra concepção de sociedade e busca políticas públicas que reconheçam as especificidades dos sujeitos do campo e criem um currículo a partir do campo e para o campo. Nesses pressupostos surge a conquista do PRONERA que se efetiva na luta pela terra e pelo direito a educação.

O PRONERA é o reflexo da territorialização da luta pela escolarização de milhares de jovens e adultos excluídos historicamente. Mesmo nas condições de fragilidade que os camponeses vivem devido ao modelo atual de agricultura que favorece o agronegócio em detrimento da produção familiar, a luta dos camponeses tem ganhado força e esses têm conseguido dentro desse sistema capitalista se impor enquanto classe.

A educação do campo pensada, valorizada e conquistada pelos sujeitos camponeses é uma resposta à hegemonia deste modelo de organização da agricultura nacional, que movimentos socioterritoriais e sindicais se organizam e lutam para construir estratégias coletivas de resistência, que lhes possibilitem continuar garantindo sua reprodução social a partir do trabalho na terra (MOLINA e AZEVEDO. 2010).

Em Alagoas a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) através do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Alfabetização (NEPEAL) do Centro de Educação (CEDU), foi responsável pela elaboração e execução do PRONERA em conjunto com as instituições parceiras: Superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Secretaria Estadual de Educação de Alagoas (SEE/AL), Fundação Universitária de Extensão e Pesquisa (FUNDEPES) e a Escola Agrotécnica Federal de Satuba, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF- Satuba).

O Programa foi desenvolvido a partir da escolha de cinco regionais do MST no estado, a saber: Paulo Freire, Canudos, Zumbi dos Palmares, Maria Bonita, Virgulino Ferreira. Essas regionais beneficiadas pelo PRONERA tiveram a oportunidade de formar recursos humanos no âmbito da formação de jovens e adultos, educadores e técnicos agrícolas. Entretanto é importante chamar atenção para o desenvolvimento dos cursos desenvolvidos através dos recursos do PRONERA, estes são desvinculados das propostas de educação do campo, que procura construir a educação junto aos camponeses partindo de sua realidade e favorecendo a formação a partir de dois tempos: o tempo escola e o tempo comunidade, para que o educando possa condensar sua formação no seu próprio modo de vida.

Os cursos Telecurso 2000, PROFORMAÇÃO, PROJERAL e o curso técnico de agropecuária da Escola Agrotécnica eram programas já estruturados e não foram construídos a partir das demandas dos territórios camponeses envolvidos, desta forma, entendemos que esses programas não podem ser considerados dentro da proposta de educação do campo e nem como cursos do PRONERA, pois a luta pela instituição de uma educação pautada na realidade camponesa, não era objetivo desses cursos de formação paliativa, que não levaram em conta o modo de vida camponês.

Fazendo a análise da execução do PRONERA em Alagoas, compreende-se que o programa se estruturou numa formação distanciada, desligada das especificidades culturais do território camponês, negando a luta destes por outra concepção de educação, esta que consideramos como um paradigma social, que é uma mudança compreendida pelo MST como condição *sine qua non*, para o desenvolvimento da nação e, ao mesmo tempo, como possibilidade de diminuição da exploração sobre os trabalhadores, através de uma pedagogia que vise a fixação do homem no campo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território In: Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273 - 302.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. MOLINA, Mônica Castagna. AZEVEDO DE JESUS, Sonia Meire dos Santos. (orgs). **Memória e história do PRONERA: contribuições para a educação do campo no Brasil.** Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

VERGNE, Ana. **Relatório final do Projeto de Educação e Capacitação de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária em Alagoas. Etapa 2005-2007.** Maceió, novembro de 2008.

Eixo Temático: Espaço Agrário